

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IVINHEMA

Rua: Desembargador Leão Neto do Carmo, s/n, Q-3, S.3, Parque dos Poderes – CEP: 79031-902 –
Campo Grande – MS - Telefones: (67) 3941-0061
E-mail: cbhrioivinhema@gmail.com

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e trinta minutos, aconteceu a **44ª Reunião Ordinária do CBH Ivinhema** de forma online, por meio da Plataforma Zoom. Estiveram presentes os **membros:** Leonardo da Silva Ramos (Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados – AEAGRAN), Alex Marcel Melotto (Fundação para Pesquisa e Difusão de Tecnologia Agropecuária - FUNDAÇÃO MS), Ana Cristina Trevelin, (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEMADESC), Ana Luiza Lira Warde (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – Imasul), Anniely Martins Lima Guimarães (Sindicato Rural de Taquarussu), Carlos Eduardo Madureira Barbosa (Associação dos Engenheiros Agrônomos de Rio Brilhante – AEARB), Carolina Muniz (Sindicato das Industrias de Geração de Energia Elétrica - SINERGIA), Claudete de F. Padilha de Souza Bruschi (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – Imasul), Claudia Moreira Borges (Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul – FIEMS), Clóvis Ferreira Tolentino Júnior (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração Regional de MS - SENAR/MS), Cornelia Cristina Nagel (Prefeitura Municipal de Nova Andradina), Danilton Luiz Flumignan (Centro de Pesquisa Agropecuária do Oeste – EMBRAPA), Divaldir Fialho (Prefeitura Municipal de Ivinhema), Dulcélya Mônica de Queiroz Souza (Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul – SANESUL), Edson Odair Figueiredo (Associação das Revendas de Insumos e Agrotóxicos de Rio Brilhante – ARARB), Fernanda Lopes de Oliveira (Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul – APROSOJA), Fernando Vinicius Bressan (Associação dos Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso do Sul – AEAMS), Gustavo Rodrigues Siebra (Associação dos Produtores de Bioenergia de MS – BIOSUL), Jessica Amaral Henrique (Prefeitura Municipal de Ponta Porã), José Lucas Romero Benito (Agência de Desenvolvimento Cultural e Turístico da Região Vale das Águas), Lenise Castilho Monteiro (Sindicato Rural de Douradina), Lenon Henrique Lovera (Fundação para Pesquisa e Difusão de Tecnologia Agropecuária - FUNDAÇÃO MS), Liane Maria Calarge (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD), Mário José Maffini (Grupo Plantio na Palha – GPP), Melina Melo Barcelos (Sindicato Rural de Ponta Porã), Nayara Carvalho (Prefeitura Municipal de Dourados), Nestor Eberhard (Grupo Plantio na Palha – GPP), Paulo Vitor Moreira Romão (Secretaria de Estado de Saúde – SES), Regiane Furtado de Miranda (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de MS – FAMASUL), Sidenei Ambrosio Tambosi (Associação dos Engenheiros Agrônomos de Rio Brilhante – AEARB) e a **convidada:** Mônica Ferreira Rosa (Atvos Santa Luzia). **Abertura:** O Presidente do CBH Ivinhema Leonardo da Silva Ramos iniciou a reunião, saudando os presentes e agradeceu a participação de todos, e explanou a pauta, ressaltando o objetivo da reunião de igualar o conhecimento de todos acerca dos feitos do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema (CBH Ivinhema) ao longo dos anos. **1- Aprovação da Ata da 43ª Reunião Ordinária e da 14ª Reunião Extraordinária.** Leonardo questiona aos membros se há alguma retificação a ser feita nas atas da 43ª Reunião Ordinária e 14ª Reunião Extraordinária. Não houve nenhuma observação e as atas foram aprovadas por unanimidade. **2 – Histórico das ações do CBH Ivinhema.** Claudete de F. Padilha de Souza Bruschi explana que o Comitê foi criado em 2010 pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio da Resolução CERH/MS nº 13, de 15 de dezembro de 2010, contudo irá apresentar informações do CBH Ivinhema de 2012 a 2025, e observa que nos primeiros anos a Secretaria Executiva, não estava com o Órgão Gestor e, além disso, o comitê estava se organizando neste período. Claudete explica que o Comitê é o espaço de debate, é um fórum de parlamento das

44 águas, em que todos expõem suas ideias e na medida da necessidade as pautas são votadas. O
45 Comitê é composto pelo Poder Público, a Sociedade Civil e os Usuários, e sua criação foi
46 motivado por demandas da sociedade civil, prefeituras e movimentos sociais atuantes na bacia,
47 sendo desenvolvido um trabalho de mobilização durante dois anos para sua criação. A bacia é
48 composta por 25 municípios: Antônio João, Juti, Glória de Dourados, Caarapó, Ponta Porã,
49 Sidrolândia, Maracaju, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Batayporã, Novo Horizonte do Sul, Nova
50 Alvorada do Sul, Nova Andradina, Laguna Caarapã, Angélica, Deodápolis, Naviraí, Vicentina, Rio
51 Brilhante, Taquarussu, Ivinhema, Douradina, Anaurilândia e Jateí. A seguir, são apresentados
52 todos os nomes dos membros que pertenceram das diretorias do CBH, e é observado que, nos
53 primeiros mandatos, a vigência era de dois anos, depois, com alteração no regimento interno,
54 passou a ser de três anos. Então, são mostradas algumas atribuições do comitê, tais quais a
55 promoção do debate acerca dos recursos hídricos, arbitrar nos conflitos relacionados aos recursos
56 hídricos, aprovar o plano de recursos hídricos da bacia e estabelecer mecanismos de cobrança pelo
57 uso da água. Em sequência as deliberações aprovadas são colocadas em tela, como a deliberação
58 que determina a agenda de reuniões, a de enquadramento de trechos de rios, da comissão eleitoral,
59 aprovação do plano de trabalho anual, da criação de grupo de trabalho, de composição de câmara
60 técnica, alteração de regimento interno, de plano de comunicação, plano de capacitação, relatório
61 anual de atividades do comitê, critérios para reuniões online, renovação da composição das
62 câmaras técnicas. O próximo tópico mostra a frequência das deliberações anuais, que revela que no
63 ano de 2024 não houve deliberação aprovada. Capacitações com várias temáticas foram realizadas
64 ao longo dos anos pelo CBH Ivinhema. No que se refere aos instrumentos da gestão de recursos
65 hídricos: para a cobrança teve a criação do grupo de trabalho, que se reuniu duas vezes e trouxe
66 palestrantes em reuniões online, estas reuniões possuem atas no formato de memórias, sendo
67 passíveis de resgate para lembrar. Em relação aos enquadramentos de trechos de rios são o total
68 de sete, ressalta-se que eles norteiam a tomada de decisão no momento da outorga. A comunicação
69 do CBH Ivinhema se dá pelo aplicativo WhatsApp, e-mail, Instagram (este não sendo muito
70 alimentado atualmente, por questões técnicas) e principalmente pelo site do Imasul. **3- Panorama**
71 **do Plano de Bacia de Recursos Hídricos: no recorte da Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema.**
72 Leonardo Sampaio Costa apresenta o Plano de Bacia do Rio Ivinhema, que foi aprovado em 2015,
73 e traz um planejamento da bacia e seu histórico, com todos os pontos a serem nela trabalhados.
74 Fazem parte do plano o diagnóstico, um levantamento da situação atual da bacia, incluindo as
75 características físicas, climáticas, socioeconômicas, qualidade e quantidade da água e quais são os
76 usos e conflitos na bacia. Ademais, o prognóstico pertence ao plano e apresenta projeções de
77 cenários futuros, tendencial, otimista e pessimista, e baseado nesses cenários, são previstos plano
78 ações, conjunto de programas e projetos estruturantes estabelecidos na bacia para que ela se
79 desenvolva de modo racional. Esse plano está disponível no site do Imasul. A Bacia Hidrográfica
80 do Rio Ivinhema, conforme diagnóstico, está localizada na porção centro-sul de Mato Grosso do
81 Sul, os principais afluentes são os rios Brilhante, Dourados, Santa Maria, Vacarias e outros. O
82 relevo é predominantemente suave, pouco ondulado, com planícies aluviais; o clima é tropical
83 úmido; os solos são muito utilizados para agricultura e pecuária, que são as atividades econômicas
84 da bacia, somado aos frigoríficos, indústria de processamento de grãos, cultivo de cana-de-açúcar e
85 intensa ocupação de centros urbanos, além de áreas de conservação e áreas indígenas. Os
86 principais usos são abastecimento público, irrigação agrícola, dessedentação animal, uso industrial,
87 geração de energia, pesca e lazer. Foi identificado no plano de bacia conflito pelo uso da água,
88 como competição entre o uso agrícola e o abastecimento humano, em algumas regiões próximas a
89 cidade, algumas sobrecargas de corpos hídricos por lançamento de efluentes e algumas áreas de
90 preservação que estavam degradadas. No que se refere a projeções, no prognóstico, a taxa de
91 crescimento populacional é moderada, existe uma concentração em alguns polos, como Dourados,
92 Naviraí e Nova Andradina; a expansão econômica é grande e bem consolidada no cultivo de grãos,
93 cana-de-açúcar, pecuária e indústrias baseadas no agronegócio: frigoríficos e usinas

sucroalcooleiras. Ainda no prognóstico, são apresentados os cenários para calcular a demanda e a disponibilidade hídrica: otimista, em que há o crescimento maior que a média com desenvolvimento sustentável e o pessimista tem aumento acelerado da demanda, sem contrapartida de infraestrutura e com agravantes de estiagem, possibilidade de déficit hídrico. Leonardo ressalta que apesar dos cenários, é importante acompanhar as ações que estão no plano, como a de fortalecimento institucional para o fortalecimento da gestão. Outrossim, há o programa de melhoramento de instrumentos de gestão, que estabelece a ampliação do cadastro de usuários, implementação da revisão das outorgas, com o melhoramento do rito, fortalecimento do instrumento de cobrança, desenvolvimento de sistemas de informações de hidrologia, mais monitoramentos e atualização dos enquadramentos. Há, ainda, um programa de proteção, conservação e monitoramento para recuperação de nascentes, controle de desmatamento e adoção de práticas agrícolas mais eficientes. A responsabilidade de acompanhar o plano é do comitê, dos órgãos públicos, prefeituras, sociedade civil e usuários, diz Leonardo, e através disso, é possível fazer a gestão frente aos eventos extremos, e é papel de todos. Há medidas para o irrigante, setor industrial, setor de saneamento, por exemplo o estímulo da captação pluvial, reserva de água. Cabe ao comitê deliberar sobre prioridades de uso, coordenar e articular com os usuários, realizar campanhas de educação ambiental. Cabe ao Imasul realizar os monitoramentos, outorgas, estudos de enquadramento, dar apoio técnico ao comitê. Cabe às prefeituras melhorar o saneamento; aos usuários proteger APP. Por fim, dados recentes da bacia em número de regularização: 974 usuários que declaram o uso da água para dessedentação animal e 740 para outros usos (usos urbanos); 575 usuários para irrigação; 477 barramentos na região; 260 usuários de indústria. Quanto ao volume de água, o setor de irrigação é o que mais utiliza água na bacia hidrográfica e tende a aumentar e por isso é preciso entender o plano, ver quais ações e quais investimentos precisam ser feitos. É preciso, também, atualizar o plano que já possui 10 anos e os dados precisam ser atualizados. Sidenei Tambosi sugere que na próxima reunião, a SEMADESC apresente o Plano Estadual de Irrigação. **4- Plano de Gestão para 2025-2028.** Leonardo da Silva Ramos, presidente do CBH Ivinhema, apresenta aos membros o Plano de Gestão 2025-2028, sendo um roteiro estratégico para a consolidação institucional e fortalecimento da gestão participativa. O plano é dividido em quatro eixos: reestruturação interna, com a reorganização das câmaras técnicas e grupos de trabalho; o avanço no debate sobre a cobrança, avançando na estruturação do grupo de trabalho de cobrança; articulação institucional, sendo a ampliação da interlocução com prefeituras e setores usuários e a transparência e governança, com a consolidação dos processos participativos, ampliar o acesso à informação e estabelecer mecanismos de prestação de contas à sociedade. No que tange às Câmaras Técnicas, Leonardo explica que existem duas: a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais, que tem como propósito assegurar legalidade, coerência institucional e clareza normativa nas ações do comitê e a Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos e Educação Ambiental, que apoia o comitê na elaboração, análise e implementação de instrumentos de gestão e nas ações educativas. Quanto ao Grupo de Trabalho, há o GT de Cobrança pelo Uso da Água – que precisa de reestruturação, com redimensionamento da equipe e definição das atribuições para avançar com a implementação da cobrança. Foi sugerida a criação de mais um grupo de trabalho, agora para o monitoramento do plano de bacia, a fim de acompanhar a execução das ações previstas no plano, com possibilidade de transformação em câmara técnica permanente. Outro ponto são as fontes de financiamento e apoio, tendo em vista que, atualmente, o comitê não dispõe de recursos próprios, desse modo, a cobrança pelo uso da água e o acesso ao PROGESTÃO poderão viabilizar as ações do comitê. Acerca da Governança e Articulação Institucional destaca-se o Imasul, as prefeituras e os usuários e sociedade civil. Em relação à comunicação e participação social, existe a conta na rede social do Instagram, que será utilizada para divulgar reuniões e decisões, chamadas públicas e materiais educativos. Além disso, será estudada a possibilidade de elaborar boletins eletrônicos periódicos, transmissão ao vivo de reuniões e eventos e a ampliação da transparência e visibilidade institucional. No que diz respeito ao

acompanhamento e avaliação é preciso planejar anualmente, ou seja, definir metas e ações prioritárias para o período; após, executar a implementação das ações pelos grupos de trabalho e membros do comitê; monitorar, fazendo o acompanhamento contínuo das atividades em desenvolvimento e então realizar a avaliação anual. Para os próximos passos cabe a reestruturação do GT e das CTs e iniciar as reuniões temáticas, bem como fortalecer a articulação institucional, com o objetivo de aumentar a participação nos comitês. Claudete Bruschi aponta que há previsão no regimento interno dando competência ao presidente para desenvolver diretrizes, no entanto, ressalta que a participação de todos os membros é fundamental para a consolidação desse plano de gestão, para depois avaliar o desempenho do comitê diante desse plano. Liane Maria Calarge propõe, em face da apresentação, um grupo de trabalho de ações de marketing para divulgar o comitê ou complementar os grupos já instituídos. Leonardo Ramos, a título de exemplificação, conta que participou da 3ª reunião ordinária do Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica, em Campo Grande, e sua atenção foi chamada para o fato de que para qualquer assunto que precise de um estudo é criado um grupo de trabalho, que devolve propostas à plenária. Danilton Flumignan questiona, no que tange a cobrança, se seria referente ao valor econômico da água ou para a sustentação financeira do comitê? Tendo em vista o objetivo de não corromper o real motivo para cobrar pelo uso da água e que há outras fontes para dar suporte. Nesse caso, é citado o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, sustentado por multas por danos ambientais, geração de energia hidrelétrica, dentre outros, se não seria o caso de utilizá-lo para financiar o comitê. Leonardo responde que a cobrança não tem o intuito de captar recursos para o comitê, mas que é um tema importante para o comitê deliberar e Claudete complementa sugerindo que sejam solicitadas apresentações acerca desse Fundo, e diz que a SEMADESC é a articuladora das políticas de meio ambiente e recursos hídricos e que cabe a ela apresentar a situação em que se encontra o Fundo Estadual. Ainda, Claudete avisa aos membros que haverá uma reunião entre os presidentes dos comitês de bacia hidrográfica do estado para apresentar ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação para solicitar apoio para financiar os comitês. **5. Apresentação e deliberação sobre a operacionalização das câmaras técnicas e grupos de trabalho (temática, criação, composição ou extinção), no âmbito do CBH Ivinhema.** Ana Luiza Lira Warde explana aos membros quais são e quais as principais funções das câmaras técnicas instituídas pelo comitê, assim como o grupo de trabalho existente. A Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais tem como propósito assegurar a legalidade, coerência institucional e clareza normativa nas ações do CBH Ivinhema. Essa câmara é o alicerce que garante que as decisões do comitê estejam fundamentadas em dispositivos legais atualizados, respeitando a paridade e a representatividade dos setores envolvidos. Suas principais funções são avaliar e propor ajustes no Regimento Interno e demais normativas internas do CBH; emitir pareceres sobre questões jurídicas, institucionais e procedimentais; acompanhar o processo eleitoral do comitê e sugerir regras claras e democráticas para a composição da plenária; assessorar a diretoria e os demais membros em temas que envolvam representação, atribuições e competências institucionais e promover estudos comparativos com outros comitês e propor boas práticas institucionais. A CT é composta por 3 a 7 membros indicados por entidades titulares do CBH; os membros devem ter familiaridade com aspectos legais, administrativos ou institucionais; a coordenação é eleita entre os próprios membros; a indicação dos membros das Câmaras Técnicas será feita, exclusivamente por membros titulares do Comitê; o mandato das entidades das Câmaras Técnicas, deverá coincidir com o mandato do comitê; os membros das Câmaras técnicas não necessariamente serão representantes no Comitê. A seguir, a apresentação trata da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos e Educação Ambiental que é a instância técnica que apoia o comitê na elaboração, análise e implementação de instrumentos de gestão dos recursos hídricos e nas ações educativas. Essa câmara promove o diálogo entre ciência, gestão pública e sociedade, visando o uso racional da água e a valorização da bacia hidrográfica como patrimônio comum. Suas principais funções são analisar tecnicamente os instrumentos de gestão (Plano de Bacia, Enquadramento, Outorga e

Cobrança); propor critérios técnicos para a definição de prioridades de investimento em recursos hídricos; apoiar a elaboração e atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Ivinhema; sugerir e fomentar projetos de educação ambiental, campanhas de conscientização e ações integradas com escolas, universidades e ONGs e contribuir com indicadores e metodologias para o acompanhamento da qualidade e da disponibilidade hídrica. Ela é composta por 3 a 7 membros com conhecimento técnico em recursos hídricos, meio ambiente ou educação ambiental; os membros são indicados por entidades do CBH ou convidados especialistas conforme demanda temática; o mandato das entidades das Câmaras Técnicas, deverá coincidir com o mandato do comitê e a coordenação é eleita por maioria simples entre seus integrantes. Então, o Grupo de Trabalho de Cobrança Pelo Uso Da Água (GT-Cobrança) é explicado como sendo um grupo estratégico responsável por conduzir os estudos e debates necessários para a implantação da cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio Ivinhema. Trata-se de um dos instrumentos mais relevantes da Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, pois promove o uso racional, incentiva a conservação e gera recursos para investimentos na bacia. Suas principais funções são realizar o levantamento dos principais usos e usuários da água na bacia; avaliar critérios técnicos, econômicos e sociais para definição da metodologia de cobrança; estudar experiências de outras bacias com cobrança implementada; propor valores, mecanismos de arrecadação e destinação dos recursos de forma transparente e equitativa; promover oficinas, audiências públicas e escuta ativa dos setores usuários; apoiar a elaboração dos planos de aplicação dos recursos oriundos da cobrança. É composto por 3 a 7 membros, preferencialmente com experiência em gestão hídrica, economia ambiental ou administração pública; o mandato das entidades do Grupo de Trabalho deverá coincidir com o mandato do comitê; pode incluir consultores ou representantes convidados, mediante aprovação do comitê; a coordenação é definida internamente. Leonardo Ramos comenta que o Grupo de Trabalho não está explícito no regimento, mas adotamos os mesmos parâmetros que a câmara técnica para melhorar o dinamismo do grupo. Enquanto gestão, Leonardo revela o desejo de compor as cadeiras dentro de cada câmara e grupo e pede a colaboração de quem tiver interesse. Quanto ao item da pauta: deliberação sobre a operacionalização das câmaras técnicas e grupos de trabalho (temática, criação, composição ou extinção), no âmbito do CBH Ivinhema, Leonardo sinaliza que ficará para a próxima reunião, pois os membros precisam do tempo para decidir e levar a discussão para as suas coordenações. Mário José Maffini sugere que os grupos e câmaras técnicas sejam compostos por segmento. Regiane Furtado de Miranda e Tambosi sugerem que seja mostrado ao grupo quem eram os antigos membros dessas instâncias para fins de definição de quem permanecerá e quem ingressará nelas. Ficou o encaminhamento para a Diretoria do CBH para organizar as solicitações feitas. Liane pede que os documentos da reunião sejam encaminhados no WhatsApp e no E-mail de cada membro para a entrega efetiva. Claudete propõe um formulário para os interessados em participar da câmara técnica e do grupo de trabalho. Liane propõe uma enquete para qual grupo deve ser criado.

6. Informes Gerais. Leonardo compartilha que participou de uma reunião com a prefeitura de Dourados, junto a outros representantes, como o Imasul, que teve como pauta a preocupação do setor de planejamento de Dourados com o crescimento e a quantidade de condomínios de pesca na cidade, e existe uma regulamentação para isso, mas nada muito estruturado, então, essa estruturação é o objetivo da prefeitura, dessa forma foi feita uma chuva de ideias entre as entidades presentes e foi feito um refinamento das ideias, ficando definido que haverá uma reunião para compor uma minuta, que será encaminhada para segunda contribuição, para então ser feita mais uma reunião para ajustes. Edson Odair Figueiredo ressalta que é preciso ampliar à sociedade o conhecimento da bacia com palestras em universidades, que são uma forma de levar conhecimento. Mário Maffini divulga que o GPP irá realizar um evento junto ao Instituto MSAgro e irá deixar um espaço para o comitê fazer a divulgação dos seus trabalhos. Claudete relata que se deve pensar em elaborar um vídeo da bacia hidrográfica do rio Ivinhema e apresentar nele o comitê e suas atribuições para apresentar à sociedade em eventos. Outra ideia é confeccionar uma bandeira com o logotipo do comitê para ser

244 levada em eventos. Cornélia Cristina Nagel diz que na prefeitura de Nova Andradina é possível
245 trabalhar conjuntamente com o comitê para realizar os vídeos e sua divulgação. Claudete informa
246 que o CBH Ivinhema será representado pelo presidente Leonardo Ramos, de 8 a 13 de setembro de
247 2025 no 26º Encontro Nacional de Comitês de Bacia - ENCOB, em Vitória/ES. Nesse evento será
248 possível trocar experiências com outros comitês e a ida será financiada pelo recurso do
249 PROCOMITÊS. **Encerramento.** Não havendo mais informes e questionamentos, o Presidente
250 Leonardo da Silva Ramos declarou encerrada a 44ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia
251 Hidrográfica do Rio Ivinhema. Esta Ata será assinada pelo Presidente e pela Secretária Executiva
252 do CBH Ivinhema, anexada a lista de presença.

Campo Grande, 18 de agosto de 2025.

LEONARDO DA SILVA RAMOS
Presidente do CBH Ivinhema

CLAUDETE DE F.P.DE S. BRUSCHI
1ª Secretária do CBH Ivinhema

Anexo

Lista de Presença

44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IVINHEMA Data: 18/08/2025 Hora: 13h30 Plataforma Zoom			
NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	Membro	SEGMENTO	QUAL ENTIDADE REPRESENTA?
Alex Marcel Melotto	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL	Fundação para Pesquisa e Difusão de Tecnologia Agropecuária - FUNDAÇÃO MS
Ana Cristina Trevelin	TITULAR	PODER PUBLICO	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEMADESC
Ana Luiza Lira Warde	SUPLENTE	PODER PUBLICO	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul
Anniely Martins Lima Guimarães	SUPLENTE	USUARIOS	Sindicato Rural de Taquarussu
Carlos Eduardo Madureira Barbosa	SUPLENTE	SOCIEDADE CIVIL	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Rio Brilhante - AEARB
Carolina Muniz	TITULAR	USUARIOS	Sindicato das Indústrias de Geração de Energia Elétrica - SINERGIA
Claudete de F. Padilha de Souza Bruschi	TITULAR	PODER PUBLICO	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul
Claudia Moreira Borges	TITULAR	USUARIOS	Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul - FIEMS
Clóvis Ferreira Tolentino Júnior	SUPLENTE	SOCIEDADE CIVIL	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de MS - SENAR/MS
Cornelia Cristina Nagel	TITULAR	PODER PUBLICO	Prefeitura Municipal de Nova Andradina
Danielton Luiz Flumignan	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL	Centro de Pesquisa Agropecuária do Oeste - EMBRAPA
Divaldir Fialho	SUPLENTE	PODER PUBLICO	Prefeitura Municipal de Ivinhema
Dulcelia Mônica de Queiroz Souza	TITULAR	USUARIOS	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul - SANESUL
Edson Odair Figueiredo	SUPLENTE	SOCIEDADE CIVIL	Associação das Revendas de Insumos e Agrotóxicos de Rio Brilhante - ARARB
Fernanda Lopes de Oliveira	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL	Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul - APROSOJA
Fernando Vinicius Bressan	SUPLENTE	SOCIEDADE CIVIL	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso do Sul - AEAMS
Gustavo Rodrigues Siebra	SUPLENTE	USUARIOS	Associação dos Produtores de Bioenergia de MS - BIOSUL
Jessica Amaral Henrique	TITULAR	PODER PUBLICO	Prefeitura Municipal de Ponta Porã
José Lucas Romero Benito	TITULAR	USUARIOS	Agência de Desenvolvimento Cultural e Turístico da Região Vale das Águas
Lenise Castilho Monteiro	SUPLENTE	USUARIOS	Sindicato Rural de Douradina
Lenon Henrique Lovera	SUPLENTE	SOCIEDADE CIVIL	Fundação para Pesquisa e Difusão de Tecnologia Agropecuária - FUNDAÇÃO MS
Leonardo da Silva Ramos	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL	Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados - AEAGRAN
Liane Maria Calarge	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL	Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Mário José Maffini	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL	Grupo Plantio na Palha - GPP
Melina Melo Barcelos	SUPLENTE	USUARIOS	Sindicato Rural de Ponta Porã
Mônica Ferreira Rosa	CONVIDADO		Atvos Santa Luzia
Nayara Carvalho	TITULAR	PODER PUBLICO	Prefeitura Municipal de Dourados
Nestor Eberhard	SUPLENTE	SOCIEDADE CIVIL	Grupo Plantio na Palha - GPP
Paulo Vitor Moreira Romão	SUPLENTE	PODER PUBLICO	Secretaria de Estado de Saúde - SES
Regiane Furtado de Miranda	TITULAR	USUARIOS	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de MS - FAMASUL
Sidinei Ambrosio tambosi	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Rio Brilhante - AEARB

